

• Nacional 5 MAR 1991

ECONOMIA

Brasil

Um ano depois, os mesmos desafios para sair do congelamento de preços

por Claudia de Souza
de São Paulo

"Os preços das mercadorias e serviços em geral voltam aos valores praticados em 12 de março. Qualquer reajuste sem a prévia autorização do governo está proibido, de acordo com a Medida Provisória nº 154."

Começava assim, há um ano, o primeiro programa econômico do governo Collor. Dando prioridade à estabilização da economia, o presidente previa para o meio de junho uma inflação de, no máximo, 10% e estabelecia um prazo de 18 meses para chegar ao nível máximo de 3% ao mês.

Acreditando poder eliminar definitivamente a inflação com sua política monetária, a equipe enxugou algo como 75% do M4 (o agregado monetário circulando na economia), uma proporção ainda maior do que os 65% retirados pelo governo Alfonsín no primeiro plano de estabilização argentino.

Resultaram custos muito altos para a indústria e a inviabilização dos negócios, já que os preços públicos e os insumos cristalizaram-se em patamar muito acima dos preços a ser praticados na outra ponta, deprimidos não apenas pelo congelamento mas pela falta de demanda.

A economia, de fato, viveu o ano de maior queda de sua produção desde o início da década de 80. Não se recuperou, também, a intenção de investir por parte das empresas. Elas permaneceram nos últimos doze meses à espera de sinais de efetiva definição quanto ao grau de abertura da economia para os competidores externos, de estabilização da taxa de juro e, com algum realinhamento dos preços posterior à desorganização inicial no bojo do congelamento, a possibilidade de definir a taxa de retorno para seus investimentos.

A política monetária, ainda que não tenha sido possível controlar efetivamente a expansão dos agregados monetários, permaneceu, pelo menos boa parte do tempo, restritiva. Os salários, afetados por perdas de valor reais em função da reaceleração da inflação, por sucessivas tentativas oficiais de evitar a reindexação e pelo baixo poder de barganha resultante de níveis recordes de desemprego, também contribuíram para a baixa demanda de produtos básicos. A inflação porém reacelerou.

Em junho do ano passado, a inflação medida pelo IBGE, o IPC, registrou 9,55%, um índice ainda menor do que os 10% previstos pelo presidente, gerando otimismo mesmo entre seus críticos mais ferozes. Em julho, porém, como que para demonstrar que a inflação alta é uma questão com que o País terá que lidar ainda por muitos anos, o índice subiu para 12,92%, registrando 18,30% em dezembro e 19,91 em janeiro.

No final do mês, os preços de bens e serviços eram novamente congelados pela equipe econômica, dessa vez no primeiro artigo da Medida Provisória nº 295. Os dois choques levaram a níveis imediatos de inflação muito parecidos, em torno de 3,5% se medidos pelo índice "ponta-a-ponta" da Fipe.

As situações entre as duas situações, porém, argumenta-se, parecem ser mais importantes do que as similaridades. "Hoje a economia é diferente em vários sentidos", afirmou ontem a este jornal o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Antonio Kandir. "O governo realizou o ajuste fiscal, recuperou a capacidade de fazer política monetária e, estando mais baixo o nível de atividade, não existe propensão ao gasto", argumentou.

A visão de James N. Nisbet, principal executivo da



James H. Nisbet

Monsanto do Brasil, oitava empresa no ranking das petroquímicas, instalada no Brasil há 25 anos, é diametralmente oposta. "Estamos de volta ao velho sistema onde alguns setores podem ser grandemente prejudicados e onde os empresários estão à espera do momento em que ou poderão subir seus preços ou decidirão fechar seu negócio", disse.

"Em março do ano passado, pelo menos, tínhamos um sentido de direção definido, em que o governo se retiraria do dia-a-dia das empresas e a economia seria aberta à competição externa", argumenta o executivo. "Mesmo quando nosso negócio caminhava mal, eu podia antever o rumo da economia. Agora, meu poder de previsão é nulo."

Somente o aprofundamento da recessão nos próximos meses poderá, em sua opinião, reduzir a demanda a ponto de forçar as empresas a considerar a hipótese de vender com preços mais baixos. Embora ele admita a possibilidade de alguma melhoria nas vendas no curto prazo e alguma estabilização dos preços nas próximas semanas, para ele não será possível deter o repasse pela indústria do aumento de seus custos. "Só pararei de subir os preços quando meus competidores, e não o governo, me forcarem a isso", afirma.

Para o economista Gustavo Barroso Franco, do departamento de economia da Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro, especialista em hiperinflação que participou da confecção do Plano Collor I, as diferenças entre a situação de um atrás e a de hoje poderão comprometer os objetivos do plano. "O enxugamento da liquidez garantiu o sucesso do congelamento, que não precisou se estender nem foi preciso fazer prefixação", ele lembra.

Uma vez esgotados os ajustes, porém, ele argumenta, a economia teria ficado pronta para ser tocada com uma política industrial definida, abrindo-se a economia para importações de forma mais ampla do que o simples aumento das compras de bens de consumo, a maior abertura para o capital estrangeiro, a desregulamentação dos setores cartelizados. "Não aconteceu nada", comenta. O País viu a inflação reacelerar com a desorganização continuada dos preços relativos, taxas de juros altas e a recessão. "O desafio de recriar e administrar o clima de estabilidade de preços fracassou", diz.

Desta vez, teme o economista, a saída do congelamento deverá apresentar dificuldades maiores porque estaria se cristalizando — principalmente por meio da institucionalização, pelo Congresso, das câmaras setoriais — o controle rígido de preços.

O governo, porém, permanece firme no seu discurso de liberalização dos preços e retorno à economia de mercado. "As câmaras setoriais não terão caráter permanente", disse ontem o secretário de Política Econômica. Elas seriam vistas como uma forma de auxílio à ministra na chamada flexibilização dos preços, que perderia a utilidade com o final do congelamento.